

Sarkozy vai se alinhar a Bush, alerta economista francês

Para Michel Husson, apenas a mobilização social pode impedir um processo de “norteamericanização da França”

João Alexandre Peschanski de São Paulo (SP)

<http://www.brasildefato.com.br:8080/v01/impreso/jornal.2007-05-16.5022822535/editoria.2007-05-30.1181024583/materia.2007-05-30.6432023781>

“O CHOQUE.” Foi a manchete do jornal L’Humanité, ligado ao Partido Comunista Francês (PCF), no dia seguinte à eleição de Nicolas Sarkozy à presidência da França, em 6 de maio. Mas o balanço do pleito não é um choque só, são pelo menos três. O primeiro diz respeito à situação das agremiações progressistas no país: desunidos, cinco partidos de extrema esquerda apresentaram candidato próprio no primeiro turno, em 22 de abril, conquistando resultados inferiores aos de votações anteriores.

O esfacelamento teve impacto direto na discussão programática – os maiores partidos, o Socialista (PS) e a União por um Movimento Popular (UMP), de Sarkozy, fizeram silêncio sobre temas tradicionais da esquerda, como a situação dos trabalhadores e o fortalecimento do Estado de bem-estar social. Por fim, o choque fica por conta do perfil do novo presidente, eleito com 53%, na disputa contra Ségolène Royal, do PS. Sarkozy, que se apresenta como homem capaz de conciliar as facções políticas na França – o que o levou a convidar integrantes do PS a compor seu gabinete –, é porta-voz de correntes racistas e xenófobas.

A esquerda francesa está em crise. E esta “não poderá ser resolvida no curto prazo”, afirma o economista Michel Husson, em entrevista ao **Brasil de Fato**, por correio eletrônico. Se os movimentos sociais e partidos progressistas não se unirem e se organizarem, diz, o governo de Sarkozy, que vai se iniciar em 2008, pode implementar políticas econômicas que ataquem direitos trabalhistas e adotar atitudes autoritárias contra estrangeiros, tornando-se um parceiro de armas do presidente estadunidense, George W. Bush, cujo Partido Republicano aplaudiu a eleição do candidato da UMP.

Brasil de Fato – Qual seu balanço do governo de Jacques Chirac, que está no poder desde 1995?

Michel Husson – Quando foi reeleito, em 2002, Chirac teve 81% dos votos no segundo turno, na disputa com o candidato de extrema direita Jean-Marie Le Pen. Seus dois mandatos sucessivos foram marcados por políticas sistemáticas de contra-reforma liberais, que levaram à degradação salarial dos trabalhadores. A Reforma das Aposentadorias (2003) levou a um retrocesso na idade da aposentadoria e, em consequência, ao empobrecimento relativo dos aposentados. A Reforma da Previdência (2004) gerou uma diminuição da participação do Estado no pagamento de auxílios-doença. O mercado de trabalho foi “flexibilizado” por uma série de reformas visando a desmontar os direitos trabalhistas – principalmente, a jornada semanal de 35 horas. A política fiscal se baseou na redução da carga de impostos dos mais ricos e no aumento do déficit orçamentário, de tal modo que a dívida pública cresceu mais do que a renda nacional. Como o governo francês segue as orientações européias, restritivas (taxa de juros alta, aceitação da diminuição do dólar), foi o vetor de um crescimento medíocre, abaixo da média do continente. O resumo do balanço se expressa na taxa de desemprego, que aumentou desde 1997.

Foi um governo marcado por muitos protestos e greves.

Chirac não conseguiu realizar todo o programa liberal que preconizava, especialmente em virtude da resistência popular. E isso é um paradoxo da eleição de Sarkozy: a direita vence, apesar da intensificação das mobilizações. A Reforma das Aposentadorias levou ao surgimento de um movimento de massas importante; em 2005, o projeto liberal de Constituição européia foi derrotado

em um referendo (55% dos eleitores votaram não). Depois, em 2006, o Contrato de Primeiro Emprego, que flexibilizava o trabalho para todos os jovens, foi tirado da agenda política, após uma poderosa mobilização. A situação política e social, antes do pleito presidencial, era bastante aberto com, de um lado, mobilizações crescentes e, do outro, vacilos na orientação liberal do governo. Qual a trajetória de Sarkozy?

Seu projeto consistiu em passar de uma estratégia de comer pelas beiradas a uma ofensiva global. Em 1995, Sarkozy não apoiou Chirac, mas um outro candidato de direita, Édouard Balladur. Foi então marginalizado e passou os 12 últimos anos a reestabelecer sua hegemonia na direita. Retomou a direção da UMP e construiu sua identidade política como ministro do segundo mandato de Chirac, iniciado em 2002. Participou do governo, mas manteve autonomia no Ministério do Interior, no qual posou de homem de direita moderno, mas também autoritário. Ele indicou à opinião pública que pretende acentuar a expulsão de imigrantes sem papéis, apesar dessa política ser alvo de protestos. Uma pista para entender o sucesso de Sarkozy é que ele conseguiu atrair para si boa parte do eleitorado de extrema direita. Em 2002, dois candidatos dessa corrente (Le Pen e Bruno Mégret) obtiveram 19% dos votos, e Le Pen caiu para 10% em 2007. Sarkozy atingiu esse resultado ao retomar o discurso da “identidade nacional” e é por isso que seus opositores o chamaram de fascista. Mas isso é apenas uma das facetas do novo presidente.

Muitos analistas repararam que Sarkozy é excelente orador. Mas a eloquência no discurso expressa também um programa de governo vago. O que ele pretende realizar em seu mandato?

É em torno da questão social que se explica o paradoxo da eleição de Sarkozy, após vários anos marcados por protestos sociais e a derrota da direita em todos os pleitos intermediários. No plano econômico e social, o programa do novo presidente é nefasto para os trabalhadores: ele vai combater a jornada de trabalho de 35 horas, defender a instituição de contratos de trabalho precários, reduzir o investimento na área social e nos serviços públicos. Mas isso é ocultado por um discurso populista, que faz a apologia dos “valores do trabalho representados por aqueles que se levantam cedo para trabalhar”. Sarkozy atacou sem descanso as políticas sociais, mobilizando os trabalhadores mal pagos contra os desempregados, ao mesmo tempo que reivindicou mais liberdades para as empresas e invocou valores tradicionais da direita, como ordem, nação, reconhecimento e mérito. Nessa perspectiva, Sarkozy pode ser definido como neoconservador, tal como Bush, com o qual o novo presidente francês quer se alinhar.

O esfacelamento da esquerda contribuiu para que ele fosse eleito.

Normalmente, seu discurso eclético (*Sarkozy chegou até a citar duas figuras históricas do socialismo francês, Jean Jaurès e Léon Blum*) não teria sido capaz de fazer com que a continuidade que ele representava em relação ao governo anterior ficasse em segundo plano. Mas ficou – e sua vitória se explica principalmente em razão dos problemas da esquerda. Sua corrente radical, antiliberal e altermundialista não conseguiu se unir e sofreu com o “voto útil”, o medo de não ter nenhum representante de esquerda no segundo turno, como ocorreu em 2002. O PS escolheu uma orientação social-liberal, personificada por Ségolène, que se deixou levar pelo discurso nacionalista e repressivo de Sarkozy. Ela não apresentou propostas que convencessem os trabalhadores da possibilidade de uma mudança profunda. A falta de clareza ocasionou um fenômeno inédito, a emergência de François Bayrou, candidato de centro-direita, que obteve 18,6% dos votos. No segundo turno, o PS não conseguiu reconstruir seu discurso e sua base de apoio.

Qual o impacto da vitória de Sarkozy para a esquerda?

As duas correntes da esquerda (*antiliberal e social-liberal*) estão em crise profunda, que não poderá ser resolvida no curto prazo. É provável que as eleições legislativas, marcadas para junho, garantam à direita a maioria do Parlamento. Nessas condições, deve ocorrer uma ofensiva frontal da elite sobre questões politicamente simbólicas: direito de greve, garantias trabalhistas, estabilidade para os funcionários públicos, nova legislação em relação à jornada de trabalho... Tudo vai depender do grau de mobilização social. Se for forte demais, o governo vai voltar à estratégia dos pequenos passos de Chirac – a implementação progressiva e lenta de políticas liberais. É a conjuntura social que vai definir os parâmetros inevitáveis da recomposição da esquerda. Com apenas 2% dos votos no primeiro turno, o PCF vai ter de escolher: ou se torna um partido satélite do PS ou se insere na recomposição da esquerda radical. Mas o PS vai também se desfazer, dividindo-se entre aqueles que denunciam a falta de identificação clara da agremiação com a esquerda e aqueles que vão apoiar uma estratégia de aliança, quem sabe até fusão, com o partido de Bayrou.

Qual o sentido dessa recomposição da esquerda?

Deve levar a dois posicionamentos: uma esquerda radical, reunindo a extrema esquerda, o PCF, os coletivos unitários e uma parte dos ecologistas e do PS; e uma esquerda social-liberal, na qual estariam a ala de direita do PS e de centro-esquerda. Mas a essa recomposição se chocam dois fenômenos institucionais. O sistema eleitoral favorece o bipartidarismo e impõe obstáculos à emergência de correntes políticas independentes dos dois grandes partidos. E há também o conservadorismo dos aparelhos políticos, que preferem se manter nas posições já conquistadas.

Não há perspectivas de lutas unitárias da esquerda contra Sarkozy?

A situação política francesa foi profundamente abalada pelas eleições presidenciais e uma grande incerteza pesa sobre o futuro. Tudo vai depender da dialética entre o grau de ofensiva do novo governo e o grau de resistência dos movimentos sociais. Se a resistência social a Sarkozy for insuficiente, a França poderia experimentar, junto com a dominação econômica e social do liberalismo, a “norte-americanização” do sistema político, em que as relações entre grupos se dá pelo lado moral. Mas a França tem a vantagem de ser um país imprevisível, e o protesto acumulado, diante de uma regressão social, poderia ressurgir mais rápido que a direita imagina. Um pouco como aconteceu em 1995, quando um movimento social se desenvolveu apenas cinco meses após a eleição de Chirac.

Quem é

Formado em economia, **Michel Husson** trabalha no Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais, entidade que realiza estudos sobre a situação do emprego na França. Entre 1975 e 1984, ele foi funcionário do Ministério da Economia e, entre 1987 e 1989, do Ministério da Indústria. Husson integra o Conselho Científico da Associação para a Taxação das Transações e pela Ajuda dos Cidadãos (Attac). É autor de *Trabalho flexível, assalariados descartáveis* (2006), entre outros.